

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.562.882 - RS (2019/0237916-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**AGRAVANTE** : **CARLOS AKIO KOZUKI**  
**ADVOGADOS** : **VILMAR LOURENÇO - RS033559**  
: **IMILIA DE SOUZA - RS036024**  
**AGRAVADO** : **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo manejado por **CARLOS AKIO KOZUKI**, contra decisão que não admitiu recurso especial, este interposto com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da CF, desafiando acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado (fl. 287):

*PREVIDENCIÁRIO E PROCESSO CIVIL. AÇÃO RESCISÓRIA. VIOLAÇÃO MANIFESTA DE NORMA JURÍDICA. DOCUMENTO NOVO. ERRO DE FATO. DESCABIMENTO.*

- 1. A violação a dispositivo de lei que autoriza o ajuizamento de ação rescisória (art. 485, V, do CPC/1973; art. 966, V, CPC/2015) deve ser direta e inequívoca.*
- 2. É rescindível a sentença de mérito na hipótese em que, posteriormente à prolação da sentença, o autor obtenha documento novo, cuja existência ignorava ou de que não pode fazer uso, capaz, por si só, de assegurar-lhe pronunciamento favorável.*
- 3. Há erro de fato quando a sentença admitir um fato inexistente, ou quando considerar inexistente um fato efetivamente ocorrido, desde que não tenha havido controvérsia nem pronunciamento judicial sobre o fato.*
- 4. Hipótese em que (1) não houve violação literal à norma jurídica, (2) o documento tido como novo foi constituído após o trânsito em julgado, (3) inexistente erro de fato, pois não admitido fato inexistente ou considerado inexistente fato ocorrido.*
- 5. Ação rescisória julgada improcedente.*

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fl. 307).

Nas razões do apelo especial, aponta o recorrente, além de divergência jurisprudencial, violação aos arts. 966, V, VII e VIII, do CPC/2015 e 332 do CPC/73, afirmando "*ocorrência de erro de fato, uma vez que existe no autos prova de que a*

*exposição a agentes nocivos se dava de forma habitual e permanente" (fl. 325).*

*Aduz que "A violação do art. 332 do CPC de 1973 está no fato de não se permitir o contraditório como garantia de influência sobre o processo e seu resultado, não havendo divergência de interpretação sobre esse ponto" (fl.316).*

Sem contrarrazões.

**É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.**

A irresignação não comporta acolhida.

Na hipótese em exame, o Tribunal de origem julgou improcedente a ação rescisória, afastando a tese de existência de documento novo e a ocorrência de erro de fato, adotando as seguintes razões de decidir (fls. 273/279):

*Ainda que ponderáveis as razões da petição inicial, não há como ser julgada procedente a ação rescisória.*

*Conforme consta dos autos, não foi reconhecido como especial o tempo laborado como técnico de comutação junto à Brasil Telecom S/A (04/03/1981 a 09/01/2001). Consta do voto-condutor:*

*(...).*

*Também se alegou violação ao art. 332 do CPC de 1973, segundo o qual "todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, ainda que não especificados neste Código, são hábeis para provar a verdade dos fatos, em que se funda a ação ou a defesa".*

*Não houve qualquer violação ao dispositivo, na medida em que o voto não deixou de admitir nenhum meio de prova. Na realidade, a partir dos documentos já existentes nos autos, bem como de entendimento jurisprudencial a respeito da atividade de técnico de comutação em empresa de telefonia, o voto concluiu pela inexistência de especialidade.*

*(...).*

*O mesmo se diga em relação à súmula 198 do extinto TFR (atendidos os demais requisitos, é devida a aposentadoria especial, se perícia judicial constata que a atividade exercida pelo segurado é perigosa, insalubre ou penosa, mesmo não inscrita em Regulamento), que, a par de não ser norma jurídica, mas enunciado que sintetiza determinada orientação jurisprudencial predominante, não foi frontalmente violada.*

*Assim, não procede a rescisória com base no argumento de*

*violação manifesta à norma jurídica.*

**Documento novo**

*(...).*

*Por "documento novo" não se deve entender aqui o constituído posteriormente. O adjetivo "novo" expressa o fato de só agora ser ele utilizado, não a ocasião em que veio a formar-se. Ao contrário: em princípio para admitir-se a rescisória, é preciso que o documento já existisse ao tempo do processo em que se proferiu a sentença. Documento "cuja existência" a parte ignorava é, obviamente, documento que existia; documento de que ela "não pode fazer uso" é, também, documento que, noutras circunstâncias, poderia ter sido utilizado, e, portanto, existia.*

*O documento apontado como novo é a perícia produzida no processo n.º 035.1.12.00004650-4. Trata-se de feito que Roberto Olimar Wagner ajuizou contra o INSS. Logo, trata-se de prova emprestada.*

*Entendo que o documento não se qualifica como novo, tal como exigido pela jurisprudência. Isso porque o laudo pericial data de setembro de 2015, após o trânsito em julgado da ação rescindenda, que ocorreu em março de 2015.*

*A ação rescisória é improcedente também em relação a esse fundamento.*

**Do erro de fato**

*Sobre o erro de fato, dispõe o art. 966, VIII, do NCPC (art. 485, IX, do CPC/1973):*

*(...).*

*Para que o julgado possa ser rescindido por erro de fato, é necessário que o equívoco haja influenciado a decisão; ou seja, esta deve ter sido proferida no sentido em que o foi em decorrência do erro sobre existência ou não de determinado fato. Como dito acima, não pode ter havido manifestação, sendo excluída a possibilidade de ação rescisória em razão da errônea interpretação de determinado fato.*

*Segundo a parte autora, "escapou à vista do julgador que no formulário para fins de aposentadoria especial, preenchido nos termos da lei, consta, no campo '6', que a exposição a agentes nocivos ocorria de forma habitual e permanente ", bem como que "o julgador preferiu reportar-se a outro caso, ao invés de elaborar uma explanação sobre o caso concreto".*

*Como já dito, entendeu o voto-condutor do acórdão rescindendo que a exposição a agentes nocivos de técnico de comutação em empresa de telefonia é eventual. Não foi considerado inexistente um fato ocorrido ou existente um fato não ocorrido, mesmo porque o PPP mencionado pela parte*

*autora afirma que as atividades descritas (instalação, manutenção preventiva e corretiva de centrais telefônicas analógicas e digitais, dentre outras) eram executadas de forma habitual e permanente, e não que a exposição aos agentes nocivos era habitual e permanente. Note-se que o precedente invocado pelo voto parte justamente da premissa de que o técnico de comutação exerce diversas atividades, daí que "apenas eventualmente estaria exposto ao agente nocivo".*

*Quanto a ter o voto se baseado em precedente relativo a caso diverso, não se trata de erro de fato, mas de interpretação desfavorável do relator a respeito da natureza da atividade.*

*Sob esse prisma, igualmente é improcedente a ação rescisória.*

*Por fim, cabe registrar que a parte autora não interpôs qualquer recurso contra o acórdão, meio processual ordinariamente adequado para a exposição da sua insurgência.*

*A ação rescisória não se presta como sucedâneo recursal.*

*Por não configurada qualquer das hipóteses do art. 966 do NCPC, o pedido é improcedente.*

Referido entendimento está em sintonia com a jurisprudência desta Corte no sentido de que a ofensa a dispositivo de lei capaz de ensejar o ajuizamento da ação rescisória é aquela evidente, direta, porquanto a via rescisória não é adequada para corrigir suposta interpretação equivocada dos fatos, tampouco para ser utilizada como sucedâneo recursal.

No mesmo sentido:

**PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO RESCISÓRIA. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. VIOLAÇÃO A LITERAL DISPOSITIVO DE LEI. ART. 485, V, DO CPC. NÃO CARACTERIZAÇÃO. OCORRÊNCIA DE ERRO DE FATO NÃO RECONHECIDA PELO TRIBUNAL A QUO. ALTERAÇÃO DO JULGADO. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.**

*1. A jurisprudência do STJ possui entendimento no sentido de que a ação rescisória com base no art. 485, V, do CPC exige que a afronta seja direta e inequívoca ao texto legal, de forma que a interpretação dada pelo acórdão rescindendo seja de tal modo teratológica que viole o dispositivo legal em sua literalidade.*

*2. Tendo o Tribunal a quo entendido pela inoccorrência de erro de fato, a ensejar a propositura da ação rescisória, a modificação dessa conclusão demanda a incursão no acervo fático-probatório, o que é vedado pela Súmula 7/STJ.*

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 820.479/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 01/03/2016, DJe 08/03/2016)

*PROCESSO CIVIL E ADMINISTRATIVO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. AÇÃO RESCISÓRIA. REVISÃO DE SANÇÕES COMINADAS. PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO LITERAL DE DISPOSITIVO DE LEI.*

1. A questão central ao recurso refere-se à possibilidade de se verificar, em ação rescisória, a correção da aplicação de sanções em Ação de Improbidade Administrativa frente aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

2. Sabe-se que os critérios de proporcionalidade, de justeza, de razoabilidade, utilizados como parâmetros na aplicação das sanções ao ato ímprobo não são passíveis de serem revistos na via estrita de ação rescisória, porquanto não se constituem como violação "literal" de dispositivo legal. (Sobre a matéria: REsp 827.288/RO, Rel. Min. Sidnei Beneti, Terceira Turma, julgado em 18.5.2010, DJe 22.6.2010.)

3. Como bem expôs o juízo anterior, a "via rescisória que não se presta ao reexame da prova dos autos da ação originária (ação civil por ato de improbidade) como o objetivo de perquirir circunstâncias agora alegadas pelo agente político, como a sua boa-fé e a efetiva prestação dos serviços pela servidora ilegalmente contratada."

4. "A errônea interpretação da lei não pode ser constatada por via subjetiva, pois só autoriza tal entendimento ação de impugnação quando houver clara violação objetiva a texto expresso de lei." (AR 717/DF, Rel. Ministra Eliana Calmon, Primeira Seção, julgado em 17.6.2002, DJ 31.3.2003, p. 137.)

5. Desse modo, deve ser extinto o processo, sem julgamento de mérito, ante a ausência de condições da ação. Agravo regimental improvido.

(AgRg no REsp 1220274/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/02/2011, DJe 22/02/2011)

Sob outro enfoque, em relação à tese de existência de documento novo, permanece a compreensão desta Corte no sentido de que "o documento novo que propicia o manejo da ação rescisória, fundada no art. 485, VII do Código de Processo Civil, é

*aquele que, já existente à época da decisão rescindenda, era ignorado pelo autor ou do qual não pôde fazer uso, capaz de assegurar, por si só, a procedência do pronunciamento jurisdicional"* (AgRg no REsp 1.407.540/SE, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 19/12/14).

A propósito:

**PROCESSO CIVIL. AÇÃO RESCISÓRIA. PRAZO PRESCRICIONAL. COBRANÇA. TÍTULOS DA DÍVIDA AGRÁRIA. VIOLAÇÃO LITERAL DE DISPOSITIVO DE LEI. AUSÊNCIA. DOCUMENTO NOVO INCAPAZ DE MODIFICAR O JULGADO. ERRO DE FATO. INEXISTÊNCIA.**

*1. O cabimento da ação rescisória, com fundamento na alegativa de violação literal de lei, impõe a demonstração de que o julgado conferiu uma interpretação manifestamente descabida aos normativos indicados pela parte autora, contrariando-os em sua literalidade. Não sendo essa a situação, o título judicial transitado em julgado merece ser mantido.*

*2. A ausência de juízo de valor pelo Superior Tribunal de Justiça sobre o termo a quo do prazo prescricional impossibilita o reconhecimento da existência de literal violação dos arts. 189 do Código Civil e 1º do Decreto 20.910/1932. Com efeito, não se pode dizer que tenha havido violação a literal dispositivo de lei se a parte entende que a prova foi mal analisada e, em consequência, determinado dispositivo foi incorretamente aplicado. 3. O Superior Tribunal de Justiça possui o entendimento segundo o qual o documento novo que autoriza o ajuizamento da ação rescisória é aquele que, já existente à época da decisão rescindenda, era ignorado pelo autor ou do qual não pôde fazer uso por razões estranhas à sua vontade, sendo capaz de assegurar, por si só, a procedência do pedido deduzido na demanda.*

*4. No caso, não houve a demonstração de que o apontado documento novo somente veio a ser conhecido pela parte autora ou a ela tornou-se disponível após o prolação do acórdão pela Corte de origem. Destaque-se que a ação rescisória não se presta para corrigir eventual desídia da parte autora em comprovar o alegado direito suscitado no feito originário, não se prestando para conferir uma nova oportunidade às partes de instruírem adequadamente a lide.*

*5. O autor da rescisória não especificou em que consistiu, efetivamente, o erro de fato constante no acórdão rescindendo, sendo certo que houve apreciação da instância de origem sobre os fatos referentes ao momento em que os valores tornaram-se*

*disponíveis ao beneficiário das TDAs, o que inviabiliza o pleito fundamento no art.*

*485, IX, do CPC/1973.*

*6. Ação rescisória julgada improcedente.*

**(AR 4.408/PR, Rel. Ministro OG FERNANDES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/12/2018, DJe 18/12/2018 - grifo nosso)**

**PROCESSO CIVIL. AÇÃO RESCISÓRIA. CONCURSO PÚBLICO. TESTE DE APTIDÃO FÍSICA. PERITO. POLÍCIA CIVIL. AUSÊNCIA DE MANIFESTA VIOLAÇÃO DE NORMA JURÍDICA. DOCUMENTO NOVO INCAPAZ DE MODIFICAR O JULGADO RESCINDENDO. IMPROCEDÊNCIA.**

*1. O cabimento da ação rescisória com amparo no inciso V do art. 966 do Código de Processo Civil/2015 demanda a comprovação de que o julgado combatido conferiu uma interpretação manifestamente descabida ao dispositivo legal indicado, contrariando-o em sua essência. Não sendo essa a situação, o título judicial transitado em julgado merece ser preservado, em nome da segurança jurídica. 2. Em relação à decadência, ainda que a decisão rescindenda não tenha conferido a melhor interpretação ao art. 23 da Lei do Mandado de Segurança e destoadado do entendimento prevalente na jurisprudência do STJ, a adoção da publicação do edital como termo a quo do referido prazo representa uma das interpretações possíveis do normativo em desate, o que desautoriza a rescisão do julgado com base no inciso V do art. 966 do CPC.*

*3. A decisão impugnada apresenta fundamentação autônoma suficiente para a denegação da segurança pleiteada. Isso porque o julgado atestou que a exigência do exame físico estava prevista na lei estadual e no edital do certame, tendo-se utilizado, inclusive, de precedentes do Superior Tribunal de Justiça que consideraram a regularidade do TAF para o cargo de investigador de polícia, isto é, em situação análoga ao caso dos autos.*

*4. No tocante à impossibilidade temporária para a realização do teste, a decisão rescindenda também se encontra em sintonia com o entendimento do STJ, bem como do Pretório Excelso, inclusive sob o rito da repercussão geral (RE 630.733/DF), no sentido de que não é possível admitir a remarcação de prova de aptidão física para data diversa da estabelecida em edital de concurso público, em razão de circunstâncias pessoais do candidato, ainda que de caráter fisiológico, como doença temporária devidamente comprovada por atestado médico, salvo se essa possibilidade estiver prevista no próprio edital do*

*certame.*

**5. Nos termos da jurisprudência do STJ, o documento novo que propicia o manejo da ação rescisória, fundada no art. 966, VII do CPC, é aquele que, já existente à época da decisão rescindenda, era ignorado pelo autor ou do qual não pôde fazer uso, capaz de assegurar, por si só, a procedência do pronunciamento jurisdicional, o que não é o caso dos autos.**

**6. Ação rescisória julgada improcedente.**

**(AR 5.923/MS, Rel. Ministro OG FERNANDES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 26/09/2018, DJe 17/10/2018 - grifo nosso)**

Ademais, a alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem, tal como colocada a questão nas razões recursais, a fim de verificar se o documento apresentado pode ou não ser considerado documento novo, bem como aferição de ocorrência ou não de erro de fato, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ.

Destacam-se, a propósito, os seguintes precedentes:

**PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO RESCISÓRIA. AUSÊNCIA DE DOCUMENTO NOVO. MATÉRIA PRÓPRIA DO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE DA RESCISÓRIA. POSSIBILIDADE DE INDEFERIMENTO DA INICIAL. IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. PRETENSÃO RECURSAL. ÓBICE DA SÚMULA N. 7 DO STJ.**

**1. A ação rescisória comporta três juízos: o de admissibilidade, o de rescisão e o de rejugamento. O mérito da ação rescisória situa-se nos juízos de anulação do julgado rescindendo e de rejugamento da causa.**

**2. Aferir se o documento em que se ampara a rescisória qualifica-se como "documento novo", a que alude o art. 485, VII, do CPC, insere-se no juízo de admissibilidade da ação.**

**3. O reconhecimento do não cabimento da ação rescisória pela ausência de documento novo justifica o indeferimento da petição inicial por impossibilidade jurídica do pedido.**

**4. Se o Tribunal a quo firmou sua convicção acerca dos documentos que ampararam a ação rescisória com base nas circunstâncias fáticas da causa, a modificação desse entendimento encontra óbice na Súmula n. 7 do STJ.**

**5. Agravo regimental desprovido.**

(AgRg no AREsp 718.159/SE, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, DJe 28/3/2016)

*PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO RESCISÓRIA. DOCUMENTO NOVO. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ. 1. O Tribunal de origem, procedendo com amparo nos elementos de convicção dos autos, deixou consignado que não existe erro de fato e documento novo capaz de ensejar ação rescisória, a despeito da afirmação contrária contida nas razões do apelo especial.*

*2. Pelo princípio do livre convencimento motivado, o juiz é livre para apreciar as provas produzidas, e que é inviável nesta Corte avaliar a pretensão do recorrente de que não houve a devida valoração da prova, porquanto tal mister demandaria, necessariamente, o exame do conjunto fático-probatório dos autos, obstado pela Súmula 7 desta Corte: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial".*

*Agravo regimental improvido.*

(AgRg no AREsp 831.492/SC, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe 08/3/2016)

*PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO RESCISÓRIA. EXECUÇÃO FISCAL JULGADA EXTINTA. CONCLUSÕES FÁTICO-PROBATÓRIAS DO TRIBUNAL DE ORIGEM. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.*

*1. Trata-se de Ação Rescisória proposta pelo Estado de Santa Catarina, que pretendia a desconstituição do julgado que extinguiu a Execução Fiscal. O Estado alega a existência de documento novo, indicativo de que o requerimento pela extinção do feito executivo não poderia ter sido deduzido, uma vez que se fundou em premissa equivocada, de que a dívida tributária já teria sido integralmente satisfeita.*

*2. O Tribunal a quo consignou que, se o documento só poderia ter sido gerado pelo próprio Estado, mostra-se absurda a alegação de que o ora agravante não teve acesso no momento oportuno.*

*3. A alteração do decisum do Tribunal local quanto à existência de erro de fato demanda incursão no acervo fático-probatório dos autos.*

*Contudo, tal medida encontra óbice na Súmula 7 do STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja Recurso Especial". 4. Agravo Regimental não provido.*

(AgRg no AREsp 318.445/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 16/9/2013)

**ANTE O EXPOSTO**, nego provimento ao agravo.

Publique-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

**MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**Relator**